

DESCONSTRUINDO A HISTÓRIA E CRIANDO HISTÓRIAS

Uyguaciara Velôso Castelo Branco

Universidade Federal de Pernambuco / Universidade Federal da Paraíba,
Programa de Pós-graduação em História.

O presente artigo visa contribuir para a historiografia atual, apresentando uma discussão acerca do fazer histórico e de sua escrita, da relação que mantém com os lugares de memória e de sua dimensão ética e estética. São abordadas questões como o mito da totalização em história, o sentido político que o passado pode ou deve adquirir, as diferenças entre a visão moderna e a visão pós-moderna em história e as novas temáticas, os novos objetos e a nova escrita da história. Buscou-se refletir sobre uma questão maior: a verdade em história *versus* a natureza interpretativa de seu *savoir-faire*. Dito de outra forma, como conciliar uma prática eminentemente discursiva com a necessidade de se construir um conhecimento verdadeiro ou que tem pretensão de verdade?

Palavras-chave: Historiografia, Teoria da História, Pós-modernidade.

The present article seeks to contribute for the current historiography, presenting a discussion concerning doing historical and of its writing, of the relationship that maintains with the places of memory and of its ethical and aesthetic dimension. Subjects are approached as the myth of the totality in history, the political sense that the past cannot or he/she should acquire, the differences between the modern vision and the post-modern vision in history and the new ones thematic, the new objects and the new writing of the history. It was looked for to contemplate on a larger subject: the truth in history versus the interpretative nature of its savoir-faire. Says in another way, as to reconcile a practice eminently discursive with the need of building a true knowledge or what does really have pretense?

Key words: Historiography, Theory of the History, Post-modernity.

A HISTÓRIA EXISTE?

A discussão apresentada neste artigo tenta polarizar-se a partir de duas teses básicas: a primeira, que compartilha do princípio de existência de uma história total ou global – *a história*, e a segunda, chamada pelos críticos de *a história fragmentária*, que defende os princípios de uma história geral ou das *várias histórias* possíveis ao fazer histórico.

Na primeira tese, alguns autores traduzem o momento atual vivido no debate historiográfico como uma verdadeira **crise da História**, pautando-se numa compreensão aguda das implicações epistemológicas dessa *crise*, que diz respeito à possibilidade de um discurso histórico, sua natureza e seu *valor de verdade*, enquanto conhecimento de História (cf. BOUTIER & JULIA, 1998).

Segundo esses autores, a **crise** está na cabeça de todos os historiadores, uma vez que existem problemas na oficina da história que, embora não apontando uma desintegração próxima, representam um desafio para o abandono definitivo das indiferenças ou sectarismos teóricos e a aceitação da necessidade de refletir sobre a natureza do seu próprio *savoir-faire*. Não há lugar, na história-disciplina, para o ceticismo ou relativismo radical e o historiador continua a ser, por definição, um realista e a história, seja ela designada como realidade ou como passado, tem existência *real* e acessível ao conhecimento *verdadeiro* e específico a que chamamos de conhecimento histórico. Nesse aspecto,

A qualidade da produção histórica depende do questionário elaborado pelo historiador; a validade das respostas obtidas remete, para além dos procedimentos empregados, à pertinência da documentação mobilizada em relação às questões propostas. (...) Para retomar a velha expressão de Émile Durkheim, o historiador, como o sociólogo, constrói seu objeto de estudo pela formulação de questões ou hipóteses, pela definição das bases documentais e pela escolha dos procedimentos de análises. (op. cit., p. 38).

Tal tese surge como uma reflexão de especialistas do *ramo* ante a declarada falência da concepção hegeliana de História, sobretudo no trabalho de Pierre Anderson com a declaração do *fim* da História, e os ... *estragos causados à história-disciplina pelas análises críticas associadas ao linguistic turn, ao narrativismo, e à crise da grande teoria*. (*op. cit.*, p. 10). Propõe-se que se faça um contraponto aos descaminhos da razão historiadora, sublinhando os aspectos do *ofício* capazes de frear os excessos de subjetividade típicos da cultura contemporânea: o estado da documentação, os lugares sócio-institucionais de produção do discurso histórico e as indispensáveis premissas teórico-metodológicas de toda pesquisa histórica que se preze. Há uma ênfase em direção à hermenêutica, derivada do caráter essencialmente interpretativo do trabalho historiador.

Existe, ainda, uma defesa da história como um campo definido, em que há ... *espaços postos à disposição do conhecimento histórico, sem o sentido das fronteiras rígidas e as possibilidades infinitas das trocas com os campos vizinhos – das ciências humanas e sociais*. Entretanto, nesse diálogo com os campos vizinhos, a história pressupõe um modo de escrever específico do historiador, ... *que possui exigências e servidões inevitáveis – formação específica, familiaridade com uma certa prática, obediência a regras ditadas pelo ofício*. (*op. cit.*, p. 11).

A segunda tese vai se delineando a partir dos anos 60, quando o cenário interdisciplinar, aparentemente estável, passa a sofrer um momento de reflexão e de reestruturação, face à ampliação das publicações históricas destinadas ao grande público por historiadores profissionais e à estruturação teórico-metodológica das ciências sociais e humanas, com a passagem da análise macroeconômica para uma *história cultural*. A

disciplina histórica se fragmenta e surgem divergências nas concepções da história com o apogeu do período estruturalista francês. Ocorre o que Antoine Baecque chamou de a transformação do historiador em *globe-trotter*, com o sucesso da história como mercado editorial e a conseqüente vulgarização e modificação da escritura da história. No dizer de Michel de Certeau (1982),

O historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Nem visa mais o paraíso de uma história global. Ele chega a circular em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma num vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as Marcas das grandes regiões exploradas. “Faz um desvio” para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, a Ocitânia, etc., todas elas zonas silenciosas. (p. 87).

Nos anos 90, a crise se apresenta com mais ênfase, com a introdução de novos objetos e de novas abordagens. *A história social e econômica, por muito tempo dominante na França, apagou-se diante do avanço da história cultural, mas também da história política, em história contemporânea, e mais ainda em história medieval e moderna (...)* A rigidez dos quadros “estruturais” (o econômico, depois o social, depois o mental, para retomar a trilogia de E. Labrousse) desgastou-se, a quantificação – uma das “linguagens de descrição do mundo” preferidas pelos historiadores do pós-guerra – perdeu terreno (...). *A realidade histórica é cada vez menos examinada como um objeto dotado de propriedades que preexistam à análise, mas como um “conjunto de inter-relações que se movem no interior de configurações em constante adaptação”.* (BOUTIER & JULIA, 1998, p. 31).

Com a Nova História, funda-se o estudo das massas e a recusa da divisão entre documentos verdadeiros e falsos. O

novo da Nova História diz respeito mais à inventividade de seus autores, importando noções e modelos explicativos das ciências sociais, do que à crítica metódica das fontes.

Os críticos da Nova História denunciam o enorme risco que se corre em se utilizar as noções importadas de outras disciplinas, que podem implicar no clássico **anacronismo**. Como afirma E. P. Thompson: *um fato, uma realidade social ou cultural, só pode ser analisado no contexto muito preciso, quase estreito, que o produziu ou fez existir.* (op. cit., p. 39).

Para fugir aos riscos desse anacronismo, defende-se que a profissão do historiador não se reduza a um conjunto de técnicas, porém *a produção de sentido*, uma vez que se trata de uma explicação ou de uma interpretação. A tarefa do historiador consistiria em recompor o passado, como um trabalho artesanal, segundo sua leitura e seu modo particular: recompor um certo passado.

O passado é aqui ... *entendido quer como realidade em si mesma, quer como o objeto por definição da prática historiadora que a respeito dele produz seu próprio discurso*. Um discurso, é bom notar, *que se quer como conhecimento verdadeiro da realidade passada.* (op. cit., p. 10). Falar em **passados** é falar dos problemas da realidade histórica, sinônimo de passado, e do discurso que se produz sobre este passado.

A história e o mito da totalização

A história contemporânea tem sido norteadada por dois grandes paradigmas ou dois grandes guardas-chuvas teórico-metodológicos.

O primeiro, surgido no anos 60, de origem marxista, que pressupõe a existência de uma história global ou total. Utilizava, como metodologia, a serialização de documentos e sua avaliação quantitativa, com o objetivo de analisar relações

estáveis que compunham os sistemas (estrutura) e as transformações temporais que as afetavam no seu próprio seio (conjuntura). É o chamado modelo estrutura – conjuntura ou, como denominou Chaunu, o foguete de três estágios, em que o econômico precedia (ou determinava) o social e o social, o cultural.

O segundo surge com o abalo das grandes conceitualizações de Marx, Freud e Malthus, ou das metanarrativas, e a supremacia dos instrumentos e abordagens teóricas diversificadas, tomadas das ciências sociais. Traz, como suporte teórico, as idéias de Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Jünger Habermas e Norberto Elias, recusando-se a aceitar uma interdisciplinaridade indulgente e defendendo um esforço ativo de *tradução* conceitual, sem ambição totalizante. Em síntese, é a defesa de uma história especializada, de horizontes limitados e ligados à história política e a história cultural.

Entretanto, surgem novas vias de reconstrução da ambição de *totalidade* tendo, como ponto de partida de sua análiseórica, o que ficou às margens ou os silêncios da história. É o que encontramos nos estudos culturais de François Furet e Marcel Gauchet e na **micro-história** italiana de Grendi, Ginzburg e Levi. Estes últimos partem da estranheza dos documentos que alimentam o trabalho do historiador, ou seja, de parcelas de discursos, fragmentos de vida, sem o tolhimento de nossas interpretações. Repousa sobre o detalhe insignificante e seu tratamento, saindo dos modelos formais, retornando voluntariamente às discontinuidades e rompendo com a normalidade. A história permanece fundamentalmente um **relato**, cuja forma é consubstancial à compreensão do objeto: ... *não há mais outro lugar senão o discurso*. (CERTEAU, *apud* BOUTIER & JULIA, p. 50).

Nesse momento, um importante questionamento parece ecoar na historiografia contemporânea: *As obras históricas seriam apenas obras de ficção, já que a história não pode escapar ao relato, que é antes de tudo um gênero literário?* (op. cit., p. 51).

Numa tentativa de responder a esse questionamento, alguns teóricos argumentam que o historiador pretende construir fatos reais, mesmo que essa verdade seja parcial, imperfeita, não havendo trabalho histórico sem a produção erudita de dados, apoiada em documentos, que não podem assumir um sentido qualquer, fruto da subjetividade do historiador. A ambição do historiador é, nessa perspectiva, dar sentido aos processos históricos e o objeto da história permanece sendo a dinâmica das sociedades humanas, a partir das interrogações do presente.

A história, nessa perspectiva, é escrita no plural e não visaria mais uma síntese total, mas análises monográficas: as várias histórias possíveis ao fazer histórico em que predomina a descontinuidade. Não pensa mais o *global*, mas o *geral* como o definiu Michel Foucault, em que o historiador pode tematizar tudo sob qualquer perspectiva: ... *a história geral consistiria no estabelecimento de correlações entre séries diferentes, formando "séries de séries", "quadros". Ele [Foucault] conclui: "uma descrição global concentra todos os fenômenos em um centro único, princípio, significação, espírito, visão de mundo, forma de conjunto; uma história geral revelaria ao contrário o espaço de uma dispersão"*. (REIS, 2000, p. 124).

Segundo Le Goff, a Nova História não quer elaborar visões globais, mas ampliar o campo da história e multiplicar seus objetos, tomando o próprio presente como objeto para produzir um conhecimento imediato. São feitas novas alianças com a psicanálise, a lingüística, a literatura, o cinema, para

fazer a história que o presente exige. Ela não se liga a nenhuma ortodoxia ideológica, afirma a fecundidade das múltiplas abordagens, a pluralidade dos sistemas. *Ela se inscreve na **longue durée**, longe das modas e novidades efêmeras e circunstanciais.* (LE GOFF, *apud* REIS, 2000, p. 120).

Entretanto, os críticos afirmam que a terceira geração, na sua renúncia a história global, teria se perdido nos fragmentos do saber, nas práticas discursivas, nos micropoderes. Além disso, também teria feito concessões à moda e às exigências circunstanciais do grande público, se submetendo ao mercado e ao poder da *mídia* ou à *sociedade do espetáculo*.

A visão moderna e a crítica à pós-modernidade na história

O projeto moderno, Iluminista, vê a história como centro, como consciência e interioridade em avanço; como um núcleo subjetivo e lógico, de construção e realização da subjetividade e o processo histórico seria, por definição, um processo racional e inteligível. Tal projeto sustenta-se numa crença fundamental na Razão e em seu poder de ver com clareza e de construir um mundo real, segundo seus parâmetros, sendo a ciência histórica concebida como uma ciência política que implica em pensar e agir.

Segundo a concepção hegeliana, a história não pode não ter sentido, não pode ser mudança sem direção e significado. É movida pela busca de sentido e não pela vontade.

Fazer a história (a consciência da história) se recobre em *fazer história* (história efetiva) e *o conhecimento histórico é “reflexão fiel do vivido”, é o vivido que retorna a si e torna-se para-si.* (*op. cit.*, p. 166).

Segundo Reis (2000), *o Iluminismo levou a uma revolução permanente do vivido, à subordinação do passado-presen-*

te a uma teleologia. (p. 166). Os seus seguidores encaravam o passado e o presente como entraves ao futuro de liberdade e civilização, e toda violência e destruição seriam legítimas para destruí-los. Traziam, em suas reflexões, as idéias de progresso, emancipação, inovação, crise, evolução e revolução.

No século XX, surgiram os marxismos mais próximos das ciências sociais, que visavam conhecer a estrutura do modo de produção capitalista, pioneiro na elaboração de uma concepção estrutural da história. Este *novo* marxismo, esvazia-se de realidade e de temporalidade e procura discutir conceitos e modelos em sua lógica dedutiva.

Entretanto, para o marxismo iluminista, teleológico, à beira do idealismo hegeliano, a ciência histórica coincide com a consciência histórica, com uma teoria que orienta a práxis revolucionária.

A violência, que tal idéia de história produziu, levou as ciências sociais a elaborar uma **visão antiiluminista** da história ou uma crítica pós-moderna. No século XX, o estruturalismo passou a suspeitar do sujeito consciente em busca de liberdade e do conhecimento histórico baseado na especulação filosófica sobre o futuro, considerando que o homem não é só sujeito, mas também objeto. O homem e a história não são transparentes, logo a reflexão total não é possível. A ação recomendada se daria dentro de margens estreitas, cautelosas.

Há uma desaceleração cautelosa em oposição à aceleração revolucionária da modernidade. O tempo histórico não é linear, irrepetível ou homogêneo. A história deveria se interessar pela repetição, pelo que é cíclico, pelo que é estrutural na vida dos indivíduos, aspirando à inteligibilidade empírica da realidade social.

De um lado o projeto moderno, iluminista, que produzia meta-narrativas filosóficas que ofereciam o conhecimento do sentido da história e

davam a todo evento um lugar e significação; de outro, o chamado “pós-modernismo” (...) [desdobrado] em duas fases. (...) a “estruturalista” (...) porque desconfia do sujeito, da consciência, da Razão; descentra o sujeito e a história (...), recusa o raciocínio teleológico. (...) [Porém] parece ainda pertencer ao projeto moderno, pois produz ainda um discurso da Razão (...) um hiper-racionalismo (...) ainda visa produzir uma inteligibilidade ampliada da história (...) Marx e Freud seriam ainda iluministas: visam ainda uma “tomada de consciência” do sujeito que busca a verdade e a liberdade. (op. cit., p. 168-9).

A segunda fase é a pós-estruturalista, radical, fora do Iluminismo e do projeto moderno. Recusam a razão iluminista e estruturalista, não buscam mais verdades históricas e a fragmentação é levada ao extremo. A subjetividade é fragmentada e descentrada, marcada por ambigüidades e contradições; não há essência ou finalidade, significado e direção a reencontrar ou realizar. Aborda um humano parcial, limitado, descentrado, *em migalhas*. Não se quer neutralidade e a verdade pulverizou-se em análises pessoais, embora seus objetos sejam tratados de forma contextualizada. O conhecimento histórico é, assim, percebido como múltiplo e não definitivo: são interpretações de interpretações e a realidade é produzida por jogos de linguagens, por *discursos*.

Nesse aspecto, Reis (2000) faz uma importante indagação: *a pós-modernidade seria uma ruptura com a Razão ou um novo modo de formulação da Razão?* (p. 189). De um lado, a postura niilista em que a vida e a história perderam o sentido; de outro, a fragmentação revela uma agudização da razão, que atinge os primitivos, os rejeitados, os esquecidos...

Então, para que fazer história com a crise da nação, da revolução, do socialismo, com a perda das grandes certezas teóricas? Por que (por quem) é movida à história?

Michel de Certeau (1982) aponta, brilhantemente, a luz de um longo caminho a seguir, quando diz que ... *uma leitura*

do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. (p. 34)

O presente não pára de interrogar a história, fazendo o pesquisador retomar suas pesquisas, reformular suas questões e mudar seus métodos para dar conta dos problemas históricos recentes.

O *diálogo perpétuo* entre passado e presente se faz mais insistente quando um acontecimento trágico obriga o historiador a um exame de consciência. As crises do presente alteram os paradigmas de ontem e o historiador trabalha sempre no presente, com o olhar da contemporaneidade.

Nos anos 80, dá-se a crítica às macroformulações das ciências sociais e a defesa de uma abordagem mais cultural e antropológica das realidades sociais, com desejo de reapropriar-se da dimensão subjetiva do viver cotidiano, no nível regional, local ou individual.

Esse momento é marcado pela criação do Instituto de História do Tempo Presente, já nos anos 90, embora com dois grandes obstáculos. O primeiro, sustentado na antiga crença de que a história se institui sobre a separação entre o passado e o presente para que exista, entre o historiador e seu objeto, a necessária objetividade; a história imediata seria reservada ao jornalista. O segundo, reside na onipotência da longa duração em detrimento do acontecimento, que marcou a escola histórica francesa.

Foi o *caráter traumático* dos acontecimentos – a Segunda Guerra Mundial e o genocídio nazista – que inauguraram nossa contemporaneidade, tornando necessária a emergência da história do tempo presente.

A história associou-se a novas disciplinas como a psicologia, antropologia, literatura, lingüística, etc. Novas técnicas

são utilizadas pelo historiador, dentre elas a informática e as novas tecnologias no tratamento de fontes.

A história antropológica acentuou a desaceleração do tempo realizada por Braudel. O cotidiano é abordado na perspectiva da *longa duração*. A história cultural ganhou o lugar da história econômico-social. A nova etno-história é mais descritiva, menos quantitativa, a interpretação do historiador retoma um espaço mais amplo e a relação com o futuro perde seu sentido.

Com a Nova História, o conceito de **tempo** é revisto e, *contra o tempo linear das crônicas e da história positivista, os historiadores dos Annales, os primeiros, sublinharam a complexidade do tempo social e privilegiaram a longa duração. Hoje, a atenção dada ao evento e o ressurgimento de um certo historicismo assinalaram que a intuição inicial está chegando ao seu limite. (Les Annales, 1989, Editorial nº 6)*. Há um retorno dos *fantasmas* banidos pelos Annales: o sujeito, o evento, a narração, as nações e a história política, a biografia, levando REIS (2000) a questionar: *o “tempo breve” terá retomado a cidadela da história?* (p. 129). Entretanto, dentro dos limites dessa renovação, a solução aponta para o surgimento de um *novo concreto*, que são os novos problemas, as novas abordagens, os novos objetos, os novos nomes, as novas instituições.

As mutações teóricas e temáticas

Foucault exercerá influência marcante na introdução de novas temáticas como a loucura e a sexualidade, marcando uma nova atitude diante do documento:

A história, para Foucault, existe para usar documentos, interrogá-los, com a finalidade de “reconstituir”, a partir deles, o passado que desapareceu atrás deles. A nouvelle histoire não quer saber se eles dizem a “verdade”, mas trabalha-os do interior, elabora-os, organiza-os, recorta-os, distribui-os, ordena-os, estabelece séries, define modelos, descreve

relações. (...) *A história nova não era mais a “memória milenar” (...)* mas a elaboração de uma materialidade documentária. (op.cit., p. 123).

Os problemas da história eram a racionalidade e teleologia do devir, a relatividade do conhecimento histórico e a busca do sentido. A mutação epistemológica da história, segundo Foucault, consiste na elaboração de uma *teoria da descontinuidade*. A história contínua estava ligada à posição fundadora do *sujeito* e para ela a teoria da descontinuidade seria a morte da história. Foucault diz que seria a desaparecimento de um tipo de história, *a do sujeito consciente em marcha para a liberdade. Atirada à descontinuidade, a consciência se dispersa e o sujeito perde o seu abrigo (...) em lugar de “tradição”, “influência”, “evolução”, “desenvolvimento”, “mentalidade”, “espírito”, ela falará de “ruptura”, “solo”, “limite”, “série”...* (op. cit., p. 125).

Os Annales pós-1988 sugerem que a história não está passando por uma **crise**, mas por um momento de vitalidade, embora anárquica, dispersiva, desordenada. Uma multiplicação dos objetos de pesquisa, com especializações cada vez mais sofisticadas e uma produção abundante. As ciências sociais sim, estariam passando por um período de incertezas, uma vez que os seus grandes sistemas de interpretações da sociedade estão em crise: o marxismo, o estruturalismo, o funcionalismo. Resta a história repensar os *novos métodos* (o objeto, a escrita da história) e as *novas alianças* (op. cit., p. 127-8).

É necessário refletir que ... *“reunir os saberes” continua sendo o centro do projeto dos Annales; mas como ela deve ser praticada sem que a história perca sua identidade, eis o que precisa ser definido.* (op. cit., p. 128). Os Annales têm a habilidade da adequação aos *novos ventos* como sua marca regis-

trada ao longo de sua história. Sua grande qualidade é a abertura à novidade, o seu antidogmatismo, e disto se espera a construção de novas formas de fazer e escrever a história.

A polêmica da narrativa em história

*... a operação histórica se refere à combinação de um **lugar** social, de **práticas** científicas e de uma **escrita**.* (CERTEAU, 1982, p. 34)

Os autores não pretendem abrir mão de *que a história seja uma escrita, que sua forma intrínseca seja a **narrativa**, que o discurso histórico tenha tudo a ver com a retórica (...)* *que não se perca de vista a capacidade desse discurso de dizer algo verdadeiro a respeito de uma realidade **passada** que constitui seu **referente** extradiscursivo. Logo (...), o historiador não é nem pode ser um autor de ficção pois não é livre para inventar, imaginar e interpretar – o exercício de suas faculdades criativas e interpretativas está limitado pelas evidências documentais disponíveis no seu próprio **tempo e lugar**.* (BOUTIER & JULIA, 1998, p. 17-18).

O retorno da narração pode significar um *desencantamento com o determinismo econômico e demográfico*, condicionado pelo fim das experiências socialistas e pela novas exigências do tempo presente, com a *colocação de novas questões que a história estrutural é incapaz de responder.* (REIS, 2000, p. 135).

Hobsbawn afirma que o narrativo que retorna é inteiramente diferente daquele que foi banido da história, isto é, o historicismo. A narrativa hoje se prende a vida, aos sentimentos, a condutas de homens e mulheres comuns e marginais. Utiliza-se novas fontes e a narração é influenciada pelos romances modernos, explorando o inconsciente e a complexidade. Não visa indivíduos mas os incorpora através da cultura e da sociedade (*op. cit.*).

Para Ricoeur, *há uma circularidade entre tempo e narração: o tempo constitui (dá sentido) a narração; a narração constitui (apreende refigurando) o tempo. Entre o tempo cosmológico e o fenomenológico, a narração cria um terceiro: o tempo calendário, que seria estabelecido de pontos “fixos” cosmológicos – estações, dias e noites, anos e meses – que possibilitam a unificação da “experiência íntima” do tempo. A narração, para melhor apreender a temporalidade, deve ser um cruzamento de ficção e história. (op. cit., p. 137).*

Alguns autores compreendem a narrativa histórica dentro de limites claramente delimitados, que lhes dá o sentido e a garantia de um saber diferenciado que busca não mais a verdade mas a verossimilhança, na medida em que *ele, o discurso histórico, pretende dar um conteúdo verdadeiro (que vem da verificabilidade) mas sob a forma de uma narração.* (CERTEAU, 1982, p. 100).

Ou, dito de outra forma:

*Narrativa entre outras, a história singulariza-se, no entanto, pela relação específica que mantém com a verdade, pois ela tem, de fato, a pretensão de remeter a um passado que realmente existiu. (...) garante que se trata de fato de história – de acontecimentos realmente ocorridos, de um fenômeno histórico verdadeiramente explicado, de arquivos inéditos examinados, de, efetivamente, novos conhecimentos –, mas (...) o livro pode ser lido: a montagem, o enredo, a escrita fazem com que você, leitor, possa mergulhar nele **como** numa obra de ficção, entregar-se ao prazer da leitura, instruir-se e divertir-se ao mesmo tempo.* (HARTOG, in BOUTIER & JULIA, 1998, p. 193).

A rejeição da narrativa por parte dos historiadores dos *Annales* advém de uma polêmica instalada contra a história positivista, objetivando-se romper com a história-narrativa (ou historicizante), que põe em primeiro plano os indivíduos e os acontecimentos. Em nenhum momento, a narrativa enquanto tal foi problematizada.

O questionamento efetuado pelas ciências sociais está no objeto, que não é mais o indivíduo, mas os grupos sociais; não mais a seqüência superficial e cronológica dos acontecimentos, que subentende a idéia de progresso, mas o *fato social total*. A história passa do nacional ao social, deixando de lado a narrativa das origens. O tempo que ela trabalha não é mais o do acontecimento, mas o tempo social, que esconde ciclos, conjunturas, estruturas e crises. É o tempo que conduz ao longo prazo braudeliano e que não sabe o que fazer com o acontecimento e com a história política, passando a repudiá-los e abandonar a narrativa.

Febvre, mesmo defendendo uma história mais científica, em nenhum momento questionava a escrita da história ou a narrativa. A história não seria mais arte, mas ciência mais preocupada em conhecer do que ressuscitar o passado, história por oposição à história-batalha.

Braudel inventa um novo tipo de enredo, como conjugação de estruturas, de ciclos e de acontecimentos, segundo Ricoeur.

A história marxista manteve e reformulou essa ambição científica, endurecendo as ambições da história enquanto progresso ou processo, acumulando fatos para buscar ou verificar as leis da História.

A história moderna praticamente renunciou ou *eclipsou* a narrativa sem pensar a questão enquanto tal. O talento do historiador decorre do domínio da arte de exposição, passando a história a pertencer ao campo da retórica, o que não significa que a história dispense a exigência do critério de verossimilhança, afirmando-se com *luz de verdade* e almejando, com isso, formar o cidadão, esclarecer o homem político e instruir o homem particular.

O debate acerca da narrativa enquanto tal é recente e foi tornado possível pelo abandono da história-Geschichte,

pela reintrodução do historiador na história e pelo papel preponderante ocupado pela lingüística, nos anos 60, com suas interrogações voltadas para o signo e a representação e tratando a história como um texto.

Sobre essa temática, encontramos em Hayden White (1994) o seu ponto de vista mais radical em que o discurso histórico ou o trabalho histórico é visto, na verdade, como uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa.

Em Foucault, ao longo de sua trajetória arqueológica, não existe uma preocupação em classificar discursos científicos ou não científicos, uma vez que ele trabalha com saberes em seu método arqueológico, quebrando a dicotomia entre ciência e senso comum. White, ao invés de seguir o caminho de aproximação da história com a ciência, pesquisa o que há de poético, de arte na história, afirmando que a linguagem é a própria materialidade do historiador, afastando-o cada vez mais do teatro dos acontecimentos históricos. White acredita, ainda, ser possível fazer um estudo histórico utilizando-se de uma tipologia lingüística, saindo da epistemologia, em que a verdade possui critérios internos, buscando a ontologia ou as origens das coisas, entendendo que a ciência não é formal e a verdade não é uma convenção, mas pura **representação**.

Entendemos, entretanto, que a análise histórica feita pelo historiador ou pelo literato difere fundamentalmente quanto aos paradigmas utilizados. O historiador possui a familiaridade com as fontes e utiliza-se do método histórico. A historiografia é uma forma literária, mas em que há um compromisso com a realidade. É uma ficção limitada pelas fontes com o uso do método histórico. Somos uma narrativa, um texto, um enredo que tem compromisso com a verdade, com as fontes. Por isso, a história é lacunar, prendendo-se às informações que se dispõe, aos documentos catalogados, não tendo a pretensão de dar conta da realidade

total mas parcial. Na verdade, não há diferença estrutural entre a história e a literatura; o que nos diferencia são os lugares sociais distintos que foram criados e o nosso compromisso com a verdade, como regra imposta socialmente.

A estrutura narrativa, originalmente desenvolvida na ficção, com os mitos e os primeiros épicos, torna-se, na verdade, um indício e uma prova de realidade, apegada às fontes que o historiador dispõe. Como nos diz Ginzburg, o historiador trabalha com indícios, com a intuição, com probabilidades.

A discussão sobre a narrativa traz a importância ou a necessidade da erudição para o historiador, que fica *aprisionado* ao que se tem feito ou escrito sobre o tema, para poder criticá-lo. Entretanto, o historiador não tem que repetir conceitos, ele tem que fazê-los funcionar, fazê-los existir, dando-lhes vida, saindo da abstração do conceito, para a concretude. Um bom texto de história é aquele em que os conceitos ganham vida. Para isso, ele poderá utilizar legitimamente, como documentos, os objetos de arte, o cinema, a literatura, etc., que serão vistos como representações do passado.

A medida em que a história narra o fato ela também o funda ou inventa o próprio fato. O ser não é dado mas construído, fabricado. Toda a invenção parte de um material que é reelaborado. Porém o discurso histórico tem que lidar, obrigatoriamente, com a idéia de limite: é a narrativa que inventa o tempo, o espaço, mas isso é limitado pelos documentos, pelas fontes. Estas também são, por sua vez, uma invenção do objeto. Trabalhamos com o recorte que é a própria construção ou constituição do objeto.

Tudo pode tornar-se objeto da história desde que tenha acontecido. Isto implica que não existe História, existem histórias e é o historiador que subjetivamente define seus caminhos. A história não é uma figura pronta, mas um tecido em

que se constrói sua *trama*, como afirma Veyne (1982). O historiador começa e termina onde ele quiser, faz sua cesura onde ele achar conveniente, mediante as fontes de que dispõe, sendo a história fundamentalmente **parcial**, na tecitura do tecido social.

Stephen Bann (1994), em sua obra *As invenções da história*, mostra os vários tipos de linguagens (pictórica, artística, etc.) que são constitutivas da história e que são diferentes níveis de invenção do passado a partir de enfrentamentos políticos. Os passados são decompostos e não recompostos, não é algo dado, mas que vai sendo reelaborado discursivamente.

Essa idéia de invenção vai problematizar a idéia de real, de realidade objetiva. Tudo é discurso, tudo parte de escolhas fragmentárias do que se quer construir e os fatos são ordenados a partir da imagem que se quer construir. Nesse aspecto, a relação entre imaginário e realidade não é de oposição, mas de similitude: o imaginário é uma realidade e vice-versa; ambos se fundem. E à ciência, ou a qualquer discurso que tenha a pretensão de cientificidade, não caberá desvendar o imaginário coletivo ou individual e apreendê-lo, para decifrá-lo e traduzi-lo para a linguagem formal; o próprio processo de apreensão da realidade é, por sua vez, construção imagético-discursiva de fragmentos de uma realidade, recortada por um certo tipo de olhar, que se cerca de indícios ou de pistas – as fontes documentais –, que lhe dão as garantias e limitações próprias de todo recorte ou de toda análise parcial.

Isto posto, A HISTÓRIA enquanto A RECOMPOSIÇÃO FIEL DO PASSADO não existe. Existem interpretações ou decomposições de um certo passado, que realmente existiu, e é selecionado, caprichosamente, pelo interesse de pesquisadores que pretendem contribuir para compreender-se e nos com-

preender melhor. Compreensão esta que visa não desvendar mistérios, mas entender como um certo tipo de construção discursiva foi possível em um dado momento, dentro de sua **épistémê**, para ser garantido seu estatuto de verdade. Não importa aqui se estamos tratando de discursos do senso comum sobre o louco ou da explicação científica sobre a loucura, construída pela psiquiatria moderna: ambos são saberes e, portanto, construções discursivas de um determinado lugar social e que servem de potentes armas de constituição e exercício do poder, em nível macro e micromolecular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contra o positivismo, que permanece ao nível do fenômeno – “só existem fatos” – eu objetaria – Não, não existem fatos; mas apenas interpretações. (NIETZSCHE)

A história é, fundamentalmente, uma narrativa, narrativa do que existiu, apoiada em registros do passado, e que pretende dar aos homens e às mulheres orientações para sua vida presente, a partir das experiências de seus antepassados. Ela [a história] não necessita se debater em discussões estéreis que pretendem, em busca da neutralidade perdida, desumanizá-la. Para construirmos uma narrativa histórica utilizamos, necessariamente, a nossa interpretação dos fatos; quando buscamos a neutralidade esquizofrênica estamos nos condenando a sairmos da história, a deixarmos de ser sujeitos dela, construtores da trama que pretendemos publicizar, para nos tornar meros descritores de uma realidade congelada ou mofada em documentos sepultados.

Para darmos vida aos documentos, às fontes históricas, precisamos colocar vida à nossa narrativa, fazê-la com prazer e para dar prazer. Torná-la aprazível é restituir-lhe o seu movimento, a sua mobilidade, somente possível quando unimos

a história com a filosofia, com a arte e com a ciência. Assim compreendida, a história não é arte, mas possui elementos artísticos; não é ciência, seguindo o modelo de ciência do século XIX, mas possui elementos científicos, em suas trilhas teórico-metodológicas; não é filosofia, mas tem elementos filosóficos.

Esta visão tenta descolar a história do real e o seu discurso torna-se não mais uma repetição deste real, mas a própria prática do historiador, que deve estar preparado para viver democraticamente a alteridade, respeitando o outro e as diferenças do passado, do presente e do futuro. O bom historiador não é aquele que se cola ao real, mas aquele que criativamente o constrói.

Em suma, a grande novidade teórica que percebemos ao longo das discussões aqui travadas é a emergência do indeterminado, do acaso, do tempo como categoria social construída, com múltiplas temporalidades, da multiplicidade de perguntas possíveis ao fazer histórico, da sua dimensão ética e estética, da possibilidade de construção de verdades parciais e não mais extraordinárias.

A história é, finalmente, *um romance real das ações humanas* que ganham vida a partir do momento que são interrogadas pelo próprio homem:

O *Passado* está aparentemente adormecido e alguém, sorrateiramente, toca-lhe e o indaga.

- Quem o deixou esquecido? Por que está escondido aqui, no sótão da história? Acorde! Eu o ordeno. E começa a sacudir suas vestes, seus escritos, suas doces relíquias.

O *Passado*, num sussurro sedutor, então responde:

- Dê-me vida! Mas não tente me decifrar, senão eu lhe devoro... Veja-me com seu cérebro, mas também com seu coração e procure me compreender. Seja sensível, procure o

que não é óbvio, seja criativo. Não procure a minha origem, procure as minhas diferenças, os meus momentos de ruptura com a normalidade, o meu incomum. Eu sou apenas um passado entre tantos outros existentes. E sua surpresa será que, ao fim de sua busca, encontrará um novo começo para um sem-fim de caminhos. Escolha o que a sua subjetividade o aponte e conte sedutoramente aos seus contemporâneos essa mágica viagem ao interior de todos nós. Venha, tenha coragem e solte-se das camisas de força em que, voluntariamente, se prendeu. Construa suas próprias explicações sobre o que está vendo. Viva e construa seu presente, refletindo sobre este *passado*. Este é o seu labor, esta é a sua doce aventura. E repita sempre: *O que eu falo ou escrevo, existe, porque falar ou escrever é um processo de tornar real o que, aos outros, pode parecer apenas fantasia.*

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Mimeografado.

BANN, Stephen. *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994.

BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, Campinas: UNICAMP, 1992.

O'GORMAN, Edmund. *A invenção da América*. São Paulo: UNESP, 1992.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992. p. 11-56.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994 (Ensaio de Cultura, v. 6).

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história?* Brasília: Ed. UnB, 1982.